

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE MOITA

ATA Nº 13

Aos nove dias do mês de julho de dois mil e vinte, pelas vinte uma horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia de Freguesia em sessão extraordinária, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único - Apreciação, discussão e votação da Transferência de Competências dos Municípios para aos Órgãos das Freguesias para 2021- Decreto Lei n.º 57/2019 de 30 de Abril

A Assembleia iniciou-se com a Presidente da Assembleia, a informar que o deputado Darci Fateixa, não está presente e passando de imediato a palavra ao Presidente da Junta, que começou por referir que o executivo aceitou as transferências descritas nas alíneas a; b; e; f; do referido Decreto Lei nº 57/2019, assim como uma proposta dos recursos financeiros associada, a partir do dia 1 de janeiro de 2021 e a junta vai receber mais 10.000,00.

De seguida a presidente da mesa questionou se algum deputado tinha alguma questão a colocar, ao qual o deputado Ilídio Carlos começou por perguntar se as transferências são as que a Junta já tinha ou vêm mais alguma nova e se estas foram discutidas com Câmara, ao que Presidente da junta respondeu que são as que a junta já tinha, o deputado Ilídio referiu que a junta podia receber mais algumas, dado que se trata somente de trabalho administrativo e receber mais algum dinheiro.

De seguida a presidente da mesa deu a palavra ao deputado Jorge Marques que começou por referir que as condições que o executivo da junta dizia não ter no ano passado, veio-se a verificar que este ano já têm, e que Junta têm condições para executar outras competências, como por exemplo das fogueiras a fim de prestar apoio à população. De seguida pediu para ser esclarecido como é que está feita a proporção das verbas e quem são os quatro postos de trabalho, ao qual respondeu o Secretário que são o Cardoso o Silvino a Leonor e a Teresa Almeida e por último o deputado Jorge Marques questionou em que condição do quadro jurídico vão ficar os trabalhadores a recibo verde que este executivo e a câmara ainda não tomaram a decisão, ao qual o presidente respondeu que vão ficar na mesma situação que estão agora.

O deputado Ilídio Carlos questionou o Presidente da Junta, para saber quantos trabalhadores são do quadro e a recibo verde, ao qual foi respondido que no quadro são dois e outros dois a recibo verde.

De seguida a Presidente da Assembleia, depois de ouvir os deputados, colocou a proposta á votação, a qual foi aprovada por unanimidade com oito votos a favor, os deputados do MPM apresentaram declaração de voto, transcrita no final da ata.

Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a Assembleia pelas vinte e duas horas e cinco minutos da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai pela Presidente e Secretários ser assinada.

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE MOITA

DECLARAÇÃO DE VOTO	Moita 09 de julho 2020	21:30	
---------------------------	------------------------------	-------	--

Assunto:

Transferência de Competências para a Freguesia de Moita

Finalmente as transferências de competências da Câmara da Marinha Grande para a Junta de Freguesia de Moita são assumidas. Pecam por ter sido tardiamente.

No entanto não podemos deixar de lamentar a conduta dos executivos da Junta e da Câmara Municipal por terem arrastado este assunto ao dizerem no ano passado que não tinham condições para fazer a transferência das competências.

Afinal o que é que melhorou em termos de competências? Se ficou tudo na mesma, porque é que não o fizeram no ano passado? Hoje são obrigados a aceita-las porque o prazo por Lei chegou ao fim.

Podiam as ter aceitado no passado e este ano podiam ter acrescentado novas competências, mas mais uma vez este executivo não acautelou os interesses da freguesia.

A título de exemplo, podiam aceitar as competências de afixação de publicidade.

Lamentamos que por exemplo que para se solicitar uma queima ou queimada, os moitenses se tenham que dirigir à Câmara.

Quando devíamos afirmar as funções da Junta de Freguesia da Moita em prestar um serviço mais próximo e de melhor qualidade à população, defendendo os interesses da localidade deixamos estar tudo na mesma.

Como é evidente, votamos a favor da transferência de competências para a Junta de Freguesia.

Só esperamos que agora com as verbas que passam a ser financiadas pela DGAL, as atividades destas competências sejam bem planeadas e monitorizadas para garantir a execução das mesmas e que a gestão do pessoal afeta às mesmas seja bem gerida.

Moita, 09 de julho de 2020

Os deputados MPM

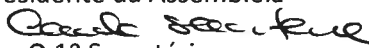
Jorge Marques

Henrique Alexandre

Ana Paula Santos

Moita, 09 de julho de 2020

A Presidente da Assembleia


O 1º Secretário



O 2º Secretário

